



Anais da Assembléia

Nº 177

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1996.
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezessete horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Nelvo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colação, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido,
Passe-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.
Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 432/96, que altera a redação da Lei Complementar nº 076, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 432/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Os incisos II, III e IV, do art. 2º, o art. 3º e seu parágrafo primeiro e o parágrafo primeiro do art. 26, da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, passem a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, nas modalidades de concorrência ou leilão, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, nas modalidades de concorrência ou leilão, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para a sua realização, por conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

IV - concessão de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, nas modalidades de concorrência ou leilão, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

Art. 3º - As concessões e permissões de serviço público e as concessões de obras públicas serão sempre precedidas de licitação, nas modalidades de concorrência pública ou leilão.

§ 1º - A concorrência e o leilão sujeitar-se-ão às disposições desta lei e, no que for aplicável, às normas da legislação sobre licitações e contratos administrativos, somente sendo dispensadas:

Art. 26 - ...

§ 1º - A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência ou leilão.

Art. 2º - Acrescente-se parágrafo único ao art. 15, da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, com a seguinte redação:

"Art. 15 - ...

Parágrafo Único - As licitações para concessão de serviços públicos ou de obras públicas mediante leilão, deverão ser precedidas de autorização do Poder Legislativo, exceto àquelas promovidas pela Estrada de Ferro Paraná Oeste Ltda.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) HIDEKAZU TAKAYAMA - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

O avulso salu com o anúncio errado. É Redação Final do Projeto de Lei 432/96, é Lei Complementar. Redação Final do Projeto de Lei 432/96, Lei Complementar. Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço para constar o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço para constar também o meu voto contrário. E do Deputado Caio Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente contado.

ITEM 02

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a pavimentar, através do Programa Caminhos da Educação, o Bairro Rural Colônia Central, no Município de Cornélio Procopio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 32, de 02.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 109/96

PARECER

RELATÓRIO

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a pavimentar, através do Programa "Caminhos da Educação", o Bairro Rural Colônia Central, no Município de Cornélio Procopio.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça entende que o caráter autorizatório da proposição impede que se encontre algum impedimento para a aprovação do mesmo, sob o aspecto constitucional, legal ou regimental.

CONCLUSÃO

Assim sendo, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 109/96.

Sala das Comissões, em 23.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 109/96

PARECER

O projeto em tela de autoria do nobre Deputado Eduardo Trevisan, encontra-se em condições de ser analisado pelo Plenário, sendo assim somos de parecer favorável a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 29.05.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTINHO PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 109/96

PARECER

De autoria do nobre Deputado Eduardo Trevisan, o Projeto de Lei nº 109/96, visa autorizar o Poder Executivo, a pavimentar através do Programa "CAMINHOS DA EDUCAÇÃO", as ruas do Bairro Rural Colônia Central no Município de Cornélio Procopio, deverá beneficiar uma grande parte da população que ali reside, e será de grande benefício para seus habitantes.

Chamada a opinar, esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada encontrou que possa impedir a sua normal tramitação, e conseqüente aprovação, por ser o Projeto de Lei meramente autorizatório, dá o seu Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

FENY BORSATTO - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 313/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Regente Feijó, de Doutor Camargo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 107, de 10.07.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 313/96

PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Regente Feijó, de Doutor Camargo.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e ainda de acordo com a Lei nº 8.994/78 que dita normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 429/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Arquidiocese de Curitiba, o imóvel que específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 139, de 17.09.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 429/96

PARECER

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder à Arquidiocese de Curitiba, imóvel.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.